

VOZES DA RUA:
um relato de experiência com moradores de rua

Estagiárias:

Cintia Amélia de Souza
Priscila Ferreira Fortini

Supervisora:

Adriana Rodrigues Domingues

Banca Examinadora:

Camila Alves Fior
Ellika Trindade
Rogério Bonato

VOZES DA RUA: Um relato de experiência com moradores de rua

Este trabalho apresenta um relato de uma experiência de estágio realizada com moradores de rua da cidade de Poços de Caldas – MG. O Brasil se encontra entre os países de maior desigualdade na distribuição de renda, gerando um sistema no qual o capital produzido fica destinado a uma minoria, em detrimento do avanço dos quadros de miséria e vulnerabilidade social. Neste contexto, percebemos um aumento progressivo de pessoas vivendo em situação de rua no município em questão. O objetivo do trabalho consistiu em promover um espaço de diálogo e reflexão junto as pessoas em situação de rua, no que tange as questões referentes às suas vidas. Durante nove meses, realizamos um grupo de reflexão com moradores de rua abrigados em uma instituição de permanência temporária. O grupo – na sua maioria homens – era marcadamente atravessado por experiências de dependência química, sendo esta a principal demanda do mesmo. Conforme definido pelo grupo, semanalmente os participantes traziam os temas que seriam discutidos e as estagiárias atuavam como problematizadoras das questões por eles trazidas. Os principais temas que surgiram e foram recorrentes no discurso destes moradores de rua foram: a família, o trabalho, a rua e as drogas. O tema família apresenta-se como laço social do passado que os conectam a um futuro melhor, longe das drogas; o trabalho, é visto como identidade e função social; a rua, surge como consequência do uso abusivo de álcool e drogas e o tema drogas, aparecem como uma possibilidade de enfrentar as dificuldades que a vida apresenta. A partir desta experiência, percebemos que a situação de rua desta cidade difere-se da realidade de grandes centros, conforme literatura referente ao assunto. Assim, observou-se a necessidade de se pensar políticas de prevenção mais eficazes no que tange a dependência química e a vulnerabilidade social para o município de Poços de Caldas.

Palavras-chave: Morador de rua. Vulnerabilidade social. Grupo de reflexão.

1 INTRODUÇÃO

Na região central da cidade de Poços de Caldas - MG é possível observar diariamente, muitos moradores de rua alcoolizados, dormindo em pontos de grande circulação de pessoas ou pedindo esmolas. Eles circulam em pequenos grupos ou individualmente durante o dia e no período noturno, quando estão dormindo ou embriagados, são levados para uma casa que os abriga por um tempo máximo de um mês. Desta forma, da noite para o dia, há um esvaziamento desta população das ruas da cidade, porém em um curto espaço de tempo, é possível revê-las em seus lugares habituais, circulando por pontos turísticos do município e “incomodando” o olhar de turistas e comerciantes com sua simples presença.

Mas quem são estes sujeitos que vivem nas ruas? Esta questão foi norteadora para a realização de um estágio de intervenção psicológica, que pudesse dar voz a esta presença silenciosa destes sujeitos em situação de rua e vulnerabilidade social.

Deste modo, durante o ano de 2009, realizamos um grupo de reflexão com moradores de rua, abrigados em uma instituição de permanência temporária. Neste trabalho, procuramos problematizar os temas trazidos pelos moradores de rua, a partir da construção de um espaço de convivência em que eles pudessem dialogar sobre as suas vidas.

A situação de rua, em que vivem milhares de pessoas atualmente é um quadro social produzido pelas estratificações do sistema capitalista, no qual uma minoria da população detém a grande parcela das riquezas produzidas. Este sistema produz um alto índice de pessoas em situação de vulnerabilidade social e miséria.

Atualmente no Brasil, podemos perceber a existência de um quadro de pobreza e miséria amplamente gritante, quadro este comprovado por dados obtidos através de vários estudos e pesquisas realizadas. Segundo Gomes e Pereira (2005), em um estudo apresentado pelo economista Dedecca, observa-se no Brasil, durante as últimas décadas, um progresso na má distribuição de renda e, conseqüentemente um aumento dos níveis de pobreza e desigualdade entre sua população. Esta, por sua vez, sobrevive cruelmente sob condições que negam o direito às condições mínimas de dignidade e cidadania.

Conforme Barros citado por Gomes e Pereira (2005), o país encontra-se, nas escalas de estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, entre os países de alta renda e alta pobreza, como um dos primeiros do mundo em desigualdade social. Constata-se ainda, que a estrutura social em vigor no país, atua em um modelo econômico que gera crescimento e riqueza para poucos e pobreza e miséria para muitos.

Vale ressaltar que, o sistema de desigualdade e a má distribuição de renda nos remete à idéia de um verdadeiro “*apartheid*” social gerado no país. Termo este, utilizado por Gomes e Pereira (2005), que explicita a idéia de que a estrutura econômica do país funciona de modo a gerar riqueza para algumas minorias, perpetuando uma política de renda injusta, na qual não se pode garantir atendimento às necessidades básicas da maioria da população. Neste sistema que alimenta a miséria e a pobreza, emergem dissonâncias de exclusão e desigualdade por todos os níveis da sociedade. A situação de miséria e pobreza, que levam as famílias e seus membros a serem classificados como sujeitos em situação de vulnerabilidade social, geram uma sociedade vulnerável

O conceito de vulnerabilidade social, segundo Ramos e Carvalho (2008), é definido como uma situação em que os recursos e habilidades de um dado grupo social, neste caso os grupos sem poder aquisitivo, são insuficientes e inadequados para lidar com as oportunidades oferecidas pela sociedade. Mostram, desta forma, que o conceito de vulnerabilidade está entrelaçado com o conceito de mobilidade social, visto que os indivíduos em situação de vulnerabilidade social não encontram possibilidades de se mobilizar em termos de sua inscrição social.

Neste sentido, a vulnerabilidade social deve ser compreendida e analisada como uma estrutura multifacetada pelo atravessamento de diversos vetores que dificultam o acesso aos bens e serviços, inclusive educação e saúde, ilustrado pelo clássico exemplo da ausência de educação formal.

Como afirma Gomes e Pereira (2005), a criança abandonada é apenas a contrapartida do adulto abandonado, da família abandonada e da sociedade abandonada. Por isso, a Psicologia Social propõe uma reflexão destas questões em uma dimensão ampla, o que significa pensar na miséria como uma consequência das estruturas sociais.

Logo, segundo Varando e Adorno (2004), as pessoas que sobrevivem na pobreza e distantes de uma suposta rede de proteção social experimentam vínculos sociais extremamente frágeis, que tendem a se fortalecer ou se romper de acordo com as dificuldades que a realidade lhes apresenta e conforme o acúmulo de experiências desestruturantes ao longo da vida. Os autores utilizam o termo "experiências desestruturantes" para designar de maneira geral as experiências individuais, que em vez de fortalecer os recursos pessoais que capacitam o indivíduo para enfrentar os desafios que a vida lhes oferece, minam seu potencial de organização interna, sua capacidade de articulação com o meio em que vive, sua auto-imagem, auto-estima e sua identidade dentro do grupo; esses eventos se inter-relacionam com as questões estruturais da sociedade. Partindo do pressuposto de que as respostas institucionais à questão da pobreza foram sendo "assumidas" pela assistência social, por via assistencialista, e observando-se uma redução da dimensão de um problema social tão complexo quanto a pobreza, a um diagnóstico, que pode ser tratado através de preceitos higienistas e sanitaristas. Os autores identificam elementos que concorrem para a

implementação de políticas públicas para essa população, que sejam pautadas na construção de redes de sociabilidade e suas relações com processos institucionais, definindo temas e problemas, no contexto de desigualdades de classe, de gênero, raça, etnia e geração.

1.1 A situação de rua e suas implicações sociais.

Para melhor compreender alguns dos muitos significados de sobreviver em meio à pobreza e aos espaços de exclusão, Laperriere (2007) apresenta o conceito de limiaridade, que pode ser associado a sujeitos vivendo em situações limites, neste caso, a rua. Explica a autora que, nos meios sociais, estas pessoas vivem dois tipos de dimensões: a primeira é a dimensão da exclusão, e a segunda da inclusão; porém estas duas dimensões, ao contrário do que parecem, apresentam suas traiçoeiras especificidades. A exclusão se caracteriza por marginalizar e desfavorecer os indivíduos em relação às classes dominantes do espaço social, enquanto a inclusão, por sua vez, fica incumbida de inserir estes sujeitos, de modo imprevisível e incerto, a espaços de transformação.

Assim, ao analisar a eficácia das ações e programas implantados para combater a pobreza, percebe-se certa efetividade dos mesmos no sentido de suprir as necessidades materiais, porém ainda apresentam dúvidas quanto à efetividade dessas ações no sentido da satisfação subjetiva dos usuários.

Guareschi *et al* (2007) considera que diante da significação do contexto de exclusão, encontram-se os ideais de segregação, exclusão e isolamento das classes pobres, colaborando com a crença de que nelas estão as doenças, os perigos, as ameaças, a violência e os incapazes. Afirma ainda que, na representação que as pessoas em situação de vulnerabilidade social têm de si próprias, sobre sua existência permeada pela pobreza e a riqueza, perpassa a idéia de “contingência de natureza humana”, ou seja, algo que é imutável e imanente, na qual, o sujeito não tem possibilidade de se contrapor.

Ademais, as palavras pobre e pobreza aparecem associadas à situação de inferioridade e subordinação no discurso dos usuários. Logo, pessoas que fazem uso dos programas direcionados a população de baixa renda, ou seja, à população pobre, estaria também assumindo um papel de subordinação e inferioridade. Tais autores observaram, através dos discursos dos usuários, como acontece o processo de aceitação e negação dos programas, e quais são os motivos para apresentar uma dessas posturas.

As queixas dos usuários em relação às ações sociais mostram o desejo de autonomia e afirmação de dignidade por parte dos mesmos, que não aceitam se colocarem em determinadas situações, apenas pelo fato de suprir suas necessidades econômicas. Existe também, a relação do

valor simbólico dos atos realizados, pois muito além das necessidades materiais estão às necessidades subjetivas, ligadas aos conteúdos de cunho cultural e social, trazendo referências aos modos de ser e existir (UCHIMURA; BOSI, 2004).

Walty (2005) afirma que as formas de ser e existir estão intimamente ligadas à forma de exercer a cidadania, que atualmente está ligada de modo direto ao ato de consumir. Ainda segundo a autora, as formas tradicionais de exercer cidadania, através da participação em partidos, sindicatos e associações de base, vão cedendo lugar a uma nova forma de organizar a sociedade, o consumismo.

Mattos e Ferreira (2004) apontam para o fato de que a população pobre se depara todos os dias com contradições básicas da sociedade capitalista de produção, ou seja, a ilusão de que todos possuem iguais oportunidades. Contudo, apesar da produção ser social a apropriação dos ganhos é sempre individual. Vivendo nestas condições, o sujeito pode vivenciar a mutilação de sua vida de diversas maneiras, desde o sofrimento ético-político a negação imposta socialmente.

Neste sentido, podemos perceber que são muitas as questões que atravessam os sujeitos envolvidos em condições de vulnerabilidade social, o que nos revela uma trama que vai muito além da objetividade, pois, também nos apresenta cada vez mais o terreno subjetivo, na intenção de compreender as experiências advindas deste tipo de vivência.

Ainda dentro desta perspectiva, utilizando-se das palavras de Guareschi *et al* (2007), cabe a Psicologia, enquanto campo de saber que permite problematizar e transformar a experiência e a própria concepção de sujeito, criar configurações de novos fazeres, novos contornos e conseqüentemente novas formas de existir.

Neste contexto, torna-se necessário ressaltar que as formas pelas quais as estruturas sociais se organizam, influenciam diretamente o modo como os sujeitos são criados por elas e as experiências às quais cada um deles será exposto. Pensar em uma sociedade pautada no modelo capitalista em que vivemos, significa pensar que o sujeito que não faz parte da parcela elitizada da sociedade participa, portanto, de outra posição.

Deste modo, a situação de miséria entendida como um território, passa a compor um espaço não somente de experimentação de si próprio, mas também um território existencial, no qual, são criados objetivos, anseios, investimentos de desejo, projetos individuais, projetos coletivos, ou mesmo a falta deles, mediados por um único fator: a situação de miséria e seus resultantes.

A questão da vulnerabilidade social, em crescente desenvolvimento em nosso país com todas as suas nuances e considerações, toma suas proporções mais extremas sendo observada nos sujeitos invisíveis de nossa sociedade. Esses se encontram nas praças, sarjetas, viadutos, pedindo e mendigando, homens e mulheres que estão à mostra na sociedade, mas são tratados como inexistentes. São considerados como moradores de rua aqueles que não têm moradia e pernoitam em praças, calçadas, marquises, jardins, viadutos, casas abandonadas, cemitérios, carcaças de

veículos, terrenos baldios, depósitos de papelão ou sucata e aqueles que pernoitam em albergues e abrigos. Mesmo negados, os excluídos estão sempre presentes, apertados, encarcerados, “incluídos até a medula”, segundo Walty (2005), que complementa explicando que eles são uma quantidade significativa de seres humanos desnecessários à minoria que molda a economia e detém o poder social.

Os sobreviventes, lançados a pobreza extrema, encontram como único meio de sobrevivência, a rua, criando nela modos de trabalhar, ser, viver e resistir.

Os habitantes invisíveis denominam os espaços em que moram na rua como “maloca”, logo, aquele que faz uso dela é chamado de “maloqueiro”. Varanda e Adorno (2004) explicam que a maloca ou o mocó, é mobiliado por colchões velhos, restos de sofás ou práticas camas de papelão, que são mais fáceis de ser encontradas nas ruas.

Varanda e Adorno (2004) mostram também que, além dos maloqueiros, existem ainda outras categorizações feitas pelos moradores como por exemplo, os “trecheiros”, que são aqueles moradores que mudam freqüentemente de cidade a procura de emprego ou alguma atividade que possa prover a existência, do lado oposto os “pardais” são os se fixam e não trabalham. Além dessas nomenclaturas, existem os moradores que freqüentam os albergues ou instituições que prestam serviços a essa população, estes se diferenciam do restante da população de rua, segundo Nasser (2001), pelo uso mais freqüente do álcool.

Nesta nova configuração de existência, na vida alternativa, os moradores de rua buscam outras formas para tomar banho e suprir as necessidades fisiológicas, geralmente em postos de gasolina, bicas, torneiras públicas, chafarizes, igrejas, banheiros públicos e até mesmo supermercados. Diante disso, podemos perceber quão comprometida se mostra a manutenção de uma higiene mínima da maioria dessas pessoas, que cada vez mais sujas e descuidadas se assemelham ao encardido e fedido lixo urbano. Idéia esta, apontada pelos mesmos autores, ao relatar que a vida na rua e a proximidade com o lixo tornam os moradores de rua, objetos alvo das ações de limpeza urbana. Os referidos autores fazem analogia entre a remoção do lixo urbano e a remoção de pessoas dos espaços públicos e coletivos. Neste sentido, Santos (2003) refere-se a este descarte humano, como uma das mais perversas dimensões da sociedade capitalista, relacionando o descarte de produtos e materiais industrializados ao descarte de seres humanos inúteis.

Inútil é apenas um dos diversos adjetivos associados à população de rua, e assim, percebemos que no imaginário social, existem ainda muitos outros rótulos atribuídos a essas pessoas, sendo os menos pejorativos os de mendigo e pedinte. O trabalho “Vidas de Rua”, realizado por Rosa (1999), traz reportagens nas quais encontram-se notícias veiculadas que fazem associações entre os termos vadiagem, delinquência e desemprego. Os termos usados pela sociedade não param por aí. Ao fazer uma retomada histórica, Stoffels (1977) percebe que a partir dos anos 70, começam

a aparecer os termos “sem ganho definido” e moradores de rua. E finalmente nos anos 80, Escorel (1999) afirma que, a população de rua cresce significativamente e sua existência passa a ser compreendida como inoportuna e mais do que isso, ameaçadora. Em resposta a essa crença, Quintão (2008) defende o fato de que o morador de rua pouco tem a ver com o rótulo de “perigoso”, que lhe é impresso. Explica que o perigo existe não nos indivíduos, e sim nos locais ou relações em que estão inseridos, lugares marginalizados permeados pela violência, o comércio de drogas ilícitas e a prostituição, tudo dividindo o mesmo espaço.

As tentativas realizadas pela sociedade na intenção de esconder ou banir esses inconvenientes sujeitos são muitas, desde ações normativas até as mais criativas. Os “*homeless*”, traduzido do inglês como “sem lar”, são, segundo Quintão (2008), indivíduos submetidos continuamente a mecanismos de evacuação. Essas evacuações podem ser compreendidas desde envios a albergues, como reenvio para cidade de origem via assistência social, ou em geral, expulsões de forma violenta quando os indivíduos são “escorraçados” de locais públicos e comércios. Ainda nesta modalidade de evacuação, encontram-se as criativas formas arquitetônicas anti-mendigo, pela qual são apresentados projetos e artefatos que impeçam ou dificultem a presença de nômades mal vistos em determinados locais.

Quintão (2008) traduz as estratégias traçadas pela sociedade em relação aos excluídos, dizendo que, ao expulsar os desabrigados, ninguém os vê, logo não existem. A autora salienta que, embora por diferentes motivos e contextos, a prática de alojar a população de rua em locais isolados e inóspitos desenhando uma mancha de pobreza às margens e próximo ao lixo, trata-se de um fenômeno global.

No entanto, os “sem lar” realizam tentativas de resistência efetivadas através da insistência em ocupar locais públicos e visados das cidades, fato para o qual o autor chama atenção. Afinal, se o espaço público fornece meios de sobrevivência aos desabrigados é justamente a ele enquanto homem e cidadão proprietário do espaço público, assim como outro qualquer cidadão, que o público de “todos nós” é negado. Do mesmo modo, que o morador de rua está confinado ao espaço público que é por sua vez, um dos únicos espaços que lhe restaram, está igualmente destituído do uso desse espaço.

As tentativas de visibilidade dos excluídos, de ser reconhecido por uma sociedade que insiste em negá-los, são pensadas por Alvares, Alvarenga e Ferrara (2004), como tentativas escusas de existir nos processos sociais. Assim, enquanto alguns se entregam a bebida ou as drogas, outros reagem de forma violenta inserindo-se na sociedade através do crime, tornando-se assim visíveis. Com isso, recebem o status de existência e de identidade, mesmo que seja para preencher os dados do prontuário policial. Vieira, Bezerra e Rosa (1994) relatam sobre os “caídos” que, junto às perdas

de endereços, certidões de nascimento, carteiras de identidade, carteira de trabalho, símbolos de cidadania, perderam igualmente o sentido da vida, a vontade de viver, perdendo a si mesmos.

Vale ressaltar, de acordo com Mendes e Machado (2004), que para a construção de novas vias para lidar com a questão dos desabrigados é preciso questionar a posição de sujeito a qual concebemos os excluídos da sociedade. Estes autores consideram ser de imensa relevância medidas que auxiliem os moradores de rua na busca de condições melhores de vida, porém nos atentam para as ações exercidas que legitimam os sujeitos na condição de alienação e passividade.

Garcia (2000) defende a idéia de que o maior inimigo da clínica social, seria a idéia de pobre homem, de vítima a ser mantida sob proteção do sistema, que ainda permanece pautada em uma idéia individualizada de clínica, que neste sentido, desconsidera o social que rodeia o sujeito. Apoiado por Neto (2005), ao dizer que o convite à responsabilização é o que impele o sujeito a sair da posição de refém, afirma que tal sujeito se encontra paralisado no lugar de quem deve sempre receber algo do outro. Repensar essas questões é também traçar ações que visem à promoção subjetiva, visto que, um dos motivos pelos quais as iniciativas das políticas públicas não se tornam efetivas, ocorre justamente pelo fato de se desconsiderar a homogeneidade e a subjetividade dos indivíduos para os quais as propostas são criadas.

Conforme apresentado, percebemos que a cada dia aumenta-se o número de moradores de rua, em consequência da desigualdade econômico-social que se revela na estrutura de nossa sociedade.

Assim, como na cidade de Poços de Caldas, é notável a política de higiene social que exclui os sujeitos que não são mais considerados parte do corpo social e por isso, torna-se relevante o papel da Psicologia em trabalhar com estas pessoas que neste contexto tornaram-se apenas moradores de rua.

2 DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL

Antes de iniciarmos o trabalho em grupo propriamente dito, realizamos algumas reuniões com a equipe, que se apresentou favorável ao trabalho psicológico dentro da instituição, bem como, observações da rotina institucional.

2.1 Caracterização da Instituição

A instituição onde realizou-se este estágio, atende moradores de rua que são levados para a mesma, por meio de um serviço municipal, que caracteriza-se por um transporte que circula pela cidade durante as noites e recolhe pessoas que se encontram dormindo ou alcoolizadas nas ruas. A instituição tem por função abrigar estas pessoas, e não visa um tratamento para a dependência

química.

No que se referem aos objetivos da instituição, percebemos que o mesmo se encontra – no discurso dos funcionários – vinculado a um discurso religioso e assistencialista, de “ajudar ao próximo”.

2.2 Histórico da instituição:

O prédio onde hoje se localiza o abrigo para moradores de rua, foi construído inicialmente para ser uma clínica de recuperação de dependentes químicos, financiado e mantido pela Prefeitura Municipal. Porém este serviço foi desativado no ano de 2005.

Já em 2006, este prédio foi doado a um albergue para moradores de rua, de cunho religioso, que hoje mantém as atividades desta instituição com apoio financeiro do governo municipal. Este prédio é denominado por funcionários e abrigados de “a casa”, termo este, que utilizaremos neste relatório para nos referirmos a este prédio.

2.3 Descrição da instituição

Quando chegamos a casa, em primeiro plano, nos deparamos com o prédio que cedia o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e em segundo plano, encontramos o prédio do abrigo.

Entre os dois prédios, encontrava-se uma horta que era cuidada pelos moradores da casa, mas que hoje encontra-se destruída, devido ao grande volume de chuvas do mês de outubro de 2009.

O prédio é grande e possui muitos quartos e salas. No andar de baixo, ficam os quartos para os moradores que acabaram de chegar da rua, onde os colchões são revestidos de plástico. Há uma cozinha industrial, uma lavanderia, e uma sala comum, que possui uma TV, alguns sofás e bancos de igreja.

No andar de cima, estão outros quartos para os moradores que estão há mais tempo na casa. Existem três banheiros, uma sala da coordenação e uma sala da assistente social.

2.4 Estrutura e funcionamento

A casa não possui rotina estipulada. A cada dia a coordenação estipula os afazeres diários para os residentes do local. Todos são responsáveis pela limpeza, pela cozinha e pela horta. O horário de assistir a TV é restrito, sendo estipulada a permissão para seu uso, das 14hs às 16hs e das 19hs às 22hs. Após este horário, todos devem ir dormir.

2.5 Equipe de profissionais

A equipe conta com uma coordenadora, uma assistente social, três enfermeiros e dois vigias noturnos.

2.6 Caracterização da clientela institucional

Os usuários da instituição caracterizam-se por serem dependentes de álcool e/ou outras drogas e que devido ao uso abusivo destas substâncias, são hoje moradores de rua. Todos eles são residentes da cidade de Poços de Caldas, uma vez que, a casa, só pode abrigar pessoas que nasceram e/ou moram nesta cidade.

A maioria dos residentes é homem, havendo poucas mulheres na casa. Suas idades variam entre 18 e 80 anos, sendo que o número de pessoas atendidas é flutuante, variando de 15 a 50 pessoas atendidas por dia. A grande maioria possui família residente na cidade, já tiveram bons empregos, porém devido ao uso de substâncias, perderam tudo, restando-lhes apenas a rua.

Atualmente, existem, aproximadamente, sete usuários que são moradores fixos da casa, enquanto o restante vive uma rotina de “casa-rua-casa”. Na casa, é obrigatório estar em abstinência, porém, muitos não suportam tal condição e assim, voltam para a rua. À noite quando estão embriagados, o transporte da prefeitura que circula pelas ruas os trazem novamente para a casa; sendo esta a vida cotidiana da maioria dos homens que se encontram ali.

3 METODOLOGIA

Utilizamos neste trabalho, a metodologia do Grupo de Reflexão, o qual, segundo Alves Neto (2001) pode ser entendido como uma modalidade do Grupo Operativo de Pichon-Rivière; todavia, a tarefa principal deste tipo de trabalho é indagar cada um dos membros do grupo, quanto a sua pertinência grupal. Conforme este mesmo autor, o Grupo de Reflexão surge historicamente, na década de 60 entre médicos residentes de um hospital psiquiátrico de Buenos Aires, na Argentina.

Afirma Alves Neto (2001, p. 11), a diferença entre o grupo de reflexão e o terapêutico: “cabe destacar, entretanto, que em várias experiências com Grupo de Reflexão observamos *conseqüências terapêuticas* nos membros do grupo, ainda que não seja este seu objetivo primeiro”. No grupo de reflexão não há tema estipulado anteriormente e nem tempo limitado para as deliberações do grupo e embora o grupo não se configure como um fórum deliberativo, ele pode potencializar um espaço decisório.

Assim, o Grupo de Reflexão pode ser entendido como método grupal utilizado para remoção das dificuldades que impedem a realização da tarefa e objetivos propostos pelo grupo, bem como, um espaço apropriado para o espelhamento, a ressonância e a elaboração das dificuldades

emergentes no campo grupal e que possui um enquadre específico, o que envolve desde o referencial teórico que dá suporte à compreensão do processo relacional do grupo até a postura e experiência pessoal do coordenador do mesmo (ALVES NETO, 2001).

4 DESCRIÇÃO DO ESTÁGIO

Dentro desta perspectiva, propomos aos moradores de rua abrigados nesta casa de transição temporária, um Grupo de Reflexão no qual eles pudessem ter a liberdade de discutir sobre as suas vidas na rua, mas também, sobre as facetas de sua existência, que os mesmos tivessem interesse. Assim, este trabalho visava uma escuta psicológica destas questões e uma discussão social das mesmas, podendo fornecer instrumentos de estratégias psíquicas, que vislumbrassem com maior abrangência o contexto de experiência vivida destes sujeitos em situação de rua e vulnerabilidade social.

O grupo acontecia todas as quartas-feiras, iniciando sempre as 13hs30min e finalizando conforme as questões iam se esgotando. Este grupo ocorreu durante nove meses, de fevereiro a outubro de 2009.

No local onde realizamos este estágio, não havia um espaço onde pudéssemos agregar a todos do grupo. Desta forma, as estagiárias juntos aos moradores da casa, retiravam os bancos do refeitório e os posicionavam em forma de círculo, em espaço aberto, aos fundos da casa. Este momento acabou se transformando em parte da intervenção, posto que, muitos dos moradores vinham até as estagiárias relatar questões de suas vidas que não conseguiam expor no momento destinado ao grupo.

Logo no início deste estágio, começamos a construir com eles a idéia deste espaço, onde o grupo poderia dizer, ouvir e pensar sobre suas questões. Isto se deve ao fato de que, apesar de dividirem o mesmo espaço, os moradores da casa não possuíam espaços em que pudessem conviver em grupo, sendo a maioria das atividades realizadas isoladamente.

Percebemos que, no começo, eles ainda confundiam nosso trabalho com um grupo de auto-ajuda, como os Alcoólatras Anônimos. Neste sentido, trabalhamos com eles os objetivos do nosso trabalho, o respeito à fala do outro e sobre a posição de ser grupo dentro de uma instituição.

Nos primeiros encontros propomos que eles decidissem sobre a configuração de cada encontro. Assim, o grupo decidiu que seriam os participantes que trariam os temas a serem discutidos em cada encontro, bem como, em consenso grupal denominaram este espaço de “*Momento da Realidade*”.

A cada encontro com o grupo novas questões surgiam, uma vez que, por ser a casa um abrigo temporário, a cada semana encontrávamos novos moradores que vinham participar do grupo.

Neste sentido, são pertinentes as contribuições de Álvares, Alvarenga e Ferrara (2004), que afirmam que o trabalho com moradores de rua contribui para que esses assujeitados possam restabelecer o sentimento de confiança e de força vital, através dos quais seja possível ressignificar um novo formato de existência no mundo. Assim, nascem possibilidades de transformação porque novos significados e sentimentos passam a fazer parte de si, auxiliando seus projetos de ser no mundo, apontando novos rumos e possibilidades, trazendo a esperança de existir e não resistir.

4.1 Desafios encontrados ao longo do estágio

Na realização deste estágio, um dos maiores desafios encontrados foi a dificuldade de estabelecer uma estratégia de intervenção eficaz, em um grupo aberto e rotativo como o que encontramos. Percebemos que, quando em uma semana, alguns participantes conseguiam refletir sobre determinada questão, pensada junto a todos do grupo, na próxima, quando novos membros participavam deste espaço e os temas se repetiam, os primeiros mostravam desinteresse pelo trabalho, posto que, em muitos momentos o grupo não abria espaço para prosseguir com as reflexões anteriores. Assim, a cada encontro as estagiárias possuíam um grupo diferente de trabalho, com temáticas novas ou repetidas por sujeitos diferentes, tendo que abordar de modo diversos, os moradores que já estavam há mais tempo na casa e os recém chegados.

Muitas das histórias de vida dos moradores apresentaram grande semelhança, no que se diz respeito a intolerância da família, a perda do emprego, a recaída no uso da substância e as frustrações da vida; alguns dos participantes, de modo especial aqueles que já estavam há algum tempo na casa – mantendo-se longe das ruas e das drogas – demonstravam maior percepção da realidade de suas vidas.

Esta questão trouxe muitos empecilhos a nossa intervenção, uma vez que conduzir o grupo de modo a ser interessante para todos os participantes tornou-se uma tarefa a cada encontro mais difícil.

Assim, a nossa compreensão sobre o espaço de intervenção e nosso papel na mediação das questões foi uma tarefa realizada no cotidiano e nas tentativas de novas ações e novos fazeres. Com o desenvolvimento do estágio, percebemos a necessidade e a importância de realizar fechamentos com o grupo e também algumas abordagens individuais. Tais abordagens ocorriam nos momentos em que chegávamos a casa e encontrávamos os participantes na realização de suas tarefas diárias, como cuidar da horta, da lavanderia ou na cozinha, ou quando estávamos indo embora, após a finalização do grupo. Nestes momentos, os moradores se aproximavam de nós e discorriam um pouco sobre suas vidas, seus sofrimentos, porém com o desenrolar do projeto, começaram a nos contar sobre as suas conquistas e também sobre a importância do que havia sido dito no grupo.

A relação com a equipe também se apresentou como um desafio para nós, pois a coordenação, apesar de ser favorável a nossa presença, apresentava-se sempre com indisponibilidade de horários para realizar uma reunião entre todos os funcionários da instituição e as estagiárias, sempre solicitada por nós.

A inexistência de um espaço de reflexão da equipe tornou-se evidente quando, ao indagarmos a respeito dos objetivos da instituição, esta não sabia responder sobre o que a casa e suas atividades se destinavam, apenas citavam as atividades realizadas pela instituição, embora não explicitando seus objetivos.

Fato este identificado também como um complicador na realização do estágio, pois toda e qualquer iniciativa pensada tornava-se complexa, por não sabermos se iríamos de encontro com aos objetivos da instituição, já que estes por sua vez não se mostravam claros para as estagiárias.

Outro fator preponderante foi enfrentar a rotina dos moradores que se caracteriza pelo ciclo rua-casa-rua, o que muitas vezes impediu que as questões levantadas pelas estagiárias pudessem ter o tempo necessário para serem refletidas. Embora tal fato nos coloque a questão de como enfrentar tal situação.

4.2 A situação de rua de Poços de Caldas-MG

Os resultados obtidos neste trabalho extrapolam os limites da escuta do grupo, pois a percepção das estagiárias sobre a situação de rua da referida cidade também se fazem presentes.

É preciso ressaltar que a situação de pobreza do município fica velada a uma política de higiene social, na qual é preciso “limpar” a cena de miserabilidade de muitos dos cidadãos da referida cidade. Esta política (implícita) cria estratégias de ocultamento da pobreza, a fim de retirar pessoas que apresentam estigmas de miserabilidade do olhar daqueles que não querem ver que esta situação existe.

A política municipal visa limpar a cidade daqueles que não mais produzem e que não são mais condizentes com o sistema consumista em que nossa sociedade vive. Todos aqueles que não mais oferecem a beleza que a cidade tem a oferecer aos seus turistas possuem um mesmo destino: a exclusão do olhar social.

E se não existe mais agora a nau dos loucos, como nos traz Foucault (1997), possuímos em Poços de Caldas, espaços que abrigam moradores de rua, os quais, no mesmo sentido, visam oferecer um lugar para as pessoas serem ninguém. Lá, encontram-se pessoas, moradores de ruas, alcoólatras, “cachaceiros”, pois não há lugar para serem sujeitos, donos de sua própria vida. Não há nomes próprios, restam apenas os estigmas que a sociedade impôs a eles sem que, ao menos, lhes dessem o direito de reivindicar tais nomenclaturas.

5 A VOZ DAS RUAS: Percepções sobre o discurso dos moradores de rua

Ao longo de nove meses de trabalho no abrigo, muitos temas foram levantados pelos moradores que participaram dos encontros propostos por este projeto. Neste sentido, optamos por descrever a percepção dos mesmos no que se refere aos temas abordados, afim de uma compreensão mais abrangente da vivência destes moradores, permeadas ainda, pela configuração da instituição que freqüentam e da realidade do município de Poços de Caldas. Apresentamos aqui, os quatro principais temas levantados pelo grupo e a significação subjetiva que os moradores de rua atribuem a eles.

5.1 Família

Segundo Anderson e Snow (1998), torna-se necessário se pensar em algumas dimensões da condição de morador de rua que não somente o fato da não habitação, pois além deste fator, percebe-se falhas na rede de apoio familiar e de outros laços criados com a sociedade através dos relacionamentos e, por último, falhas na dimensão moral, na qual o morador de rua se apresenta como indigno e sem valor.

Neste sentido, percebemos que a temática da família é recorrente nas falas dos moradores, embora seja vista de diferentes formas. Para alguns, família é apresentada como aquela que os abandona e não compreende a doença que eles vivem: a dependência química. Ao se referirem a ela, a família a qual perderam devido ao seu vício, colocam-se em uma posição de vítima, como pessoas “doentes” e incompreendidas. Por exemplo, a fala de R.: *“vocês poderiam fazer um trabalho com as famílias de dependentes químicos, para eles entenderem que a gente é doente”*; representa um discurso que confere às estagiárias a capacidade de mudar o pensamento destas famílias, as quais, para os moradores, deveriam estar junto a eles neste momento. Na fala de D. percebemos que a família também não o compreende: *“a gente sabe que a bebida incomoda, mas eles (a família), também podia entender a gente, porquê este vício também não é fácil...”*.

Por outro lado, ao se referirem à idéia de família como composta pelos filhos e a esposa, demonstram um sentimento de saudosismo e arrependimento, por mais que saibam que o vício acarretou a perda desta família, ainda assim, dizem querer restaurar o passado. Neste sentido, percebemos uma idealização da antiga família, pois ela se apresenta como uma forma de convivência harmoniosa, sem problemas ou frustrações. Tal situação pode ser percebida na fala de E.: *“era tudo certo, tinha minha mulher, meus filhos... mais aí depois que minha mulher morreu... aí ficou tudo muito difícil... tiraram meus filhos...”*; na fala de S., também nota-se uma idealização

da família: *“todo mundo que ta aqui não ta a toa... porquê se tivesse a seu cantinho, a sua família, o seu serviço... ninguém era deste jeito..”*.

Há também, não só uma idealização da família do passado, como também, uma idealização da família futura. Neste contexto, é perceptível que esta família do futuro é vista como algo que vai “tirá-los desta vida” – de droga, álcool e rua –, e desta forma “salvá-los”. Assim, a família é vista como a responsável por afastá-los das drogas e mudarem sua situação de vida, e não eles mesmos; também é considerada como responsável pelo controle do vício, sob o qual, eles mesmos não têm controle. A fala de D., corrobora com esta percepção: *“se eu tivesse minha mulher e meu filho, tudo seria diferente; porque aí eu ia fica em casa, ela ia me controla para eu beber menos...”*. No discurso de C.R., também é percebida esta idealização: *“pelo menos se eu tivesse uma mulher, que me ajudasse, quando eu recebesse fosse lá comigo pegar o dinheiro, aí eu poderia até não gastar o dinheiro todo com bebida”*.

Assim, observamos que o discurso deles é atravessado por um sentimento de arrependimento, de vontade de sempre voltar atrás, mas não há nenhum movimento neste sentido. A fala sempre busca o passado como algo positivo, embora as ações perpetuem o presente insólito.

5.2 Trabalho

O trabalho apresenta-se como algo muito importante na vida dos moradores de rua por garantir uma identidade e função social.

Segundo Guareschi *et al* (2007), o trabalho é uma das mais nobres virtudes enaltecidas pelo capitalismo, por esse motivo, observa-se uma ênfase e prestígio para quem tem a oportunidade de tê-lo. Salientam que o indivíduo não trabalhador é encerrado pela ideologia dominante numa situação periférica, e estigmatizado como ser desviante, degenerado e residual. Ele se vê e sente como elemento segregado, portador de uma identidade atrofiada.

Percebemos que o trabalho para estes moradores de rua, apresenta-se como algo que gera rotina e uma vida “normal”, como na fala de A.: *“o homem que não trabalha é uma engrenagem enferrujada na sociedade”*, ou ainda: *“o homem precisa de trabalho, né!? O trabalho ocupa a cabeça... faz a gente se sentir bem...”*; e também na fala de S.: *“todo mundo que tem sua vida normal, tem que ter seu trabalho, sua rotina.”*

Neste contexto, o que se observa é que o trabalho demonstra a dignidade do homem e, embora muitos deles não trabalhem, a atividade é algo que os coloca no lugar de sujeito perante o olhar social; assim, referem-se ao trabalho como uma possibilidade de retomar a vida. É o primeiro indício de que as suas vidas podem se configurar de forma diferente da situação de rua, pois para eles, o trabalho é a antítese da rua, como percebemos na fala de J.: *“agora que eu já to algum tempo*

aqui (no abrigo), colocando a minha cabeça no lugar, vou arrumar um trabalho, monta minha casa de novo e segui minha vida”.

Embora seja muito importante, não há movimento dos mesmos na busca por um trabalho que garanta este lugar social e, se o conseguem, acabam por perdê-lo ao usarem drogas durante o período do expediente. Tal fato revela novamente uma contradição entre o discurso e a ação, posto que os mesmos não buscam o trabalho e não conseguem manter sua permanência no mesmo.

5.3 A rua

Segundo Varanda e Adorno (2004), o sujeito em situação de rua ocupa uma posição de sem lar, sem laços e sem dignidade, sendo que o único lugar que lhe resta para tentar existir de algum modo é a rua. Consideram ainda que entrar na rua significa desenvolver um processo compensatório em relação às perdas e criar novos recursos de sobrevivência ou subsistência.

Porém, para os moradores de rua com os quais trabalhamos, a rua é sempre algo que deriva como conseqüência da droga. Quando eles escolhem a droga a tudo que tinham na sua vida, a rua aparece como lugar de possibilidade de ser livre em relação ao uso de substâncias que suas famílias não aceitam; como podemos perceber no discurso de J. *“aí eu comecei a fazer uso cada vez mais, cada vez mais, até que fiquei pra rua direto... caí no mundo de vez”*, e ainda na fala de A.: *“comecei a beber muito, a minha mulher não me quis mais, aí comecei a ficar para rua...”*.

Avaliam que a rua tem um lado negativo e um lado positivo. No primeiro, a rua é sinônimo de desconforto, descuido, falta de lugar para dormir, falta de higiene pessoal, desprezo social, humilhação por ter que pedir dinheiro como, por exemplo, nestas falas:

A.: *“aqui na casa é muito bom, porque a gente tem um lugarzinho limpinho para dormir, pode toma um banho no fim do dia, agora na rua não, tem que dormi em qualquer lugar, passa três, quatro dias sem tomar banho”*;

ou a fala de C.: *“a gente tem que beber pra pode pedir (dinheiro), porquê aí a gente tem vergonha de pedir de cara limpa...”*;

ou ainda a fala de J.: *“na rua, vai indo, a gente esquece de tudo, deixa de lado a higiene pessoal”*.

Por outro lado, encontramos nos aspectos positivos que a rua adquire sinônimos de liberdade, falta de responsabilidade e cobrança, amizades e conversa fácil derivada do uso do álcool, não enfrentamento as dificuldades da vida que sempre os frustram. Neste sentido, estas falas ilustram o que foi apresentado:

M.: *“Na rua a gente não tem que pagar uma conta de água, uma conta de luz... a gente não tem responsabilidade com nada”*.

P.: *“Na rua é melhor, né!? Porque quando a gente tá de cara limpa, parece que fica esquisito, sem assunto, quando a gente bebe aí tem o que conversar; vai chegando um, vai chegando outro na rodinha...”*.

R.: *“que na rua a gente não vê o tempo passar, fica de galera... vai num bar, vai no outro...”*.

MD. *“a rua traz sempre uma ilusão, porque a liberdade você pode encontrar em qualquer lugar...”*

Assim, podemos perceber que, para estas pessoas, a rua se apresenta como um lugar permeado por aspectos tanto negativos como positivos, mas também, como única forma de suportar as conseqüências do uso abusivo de substâncias.

5.4 A Droga

No discurso dos moradores de rua, as drogas – incluindo aqui substâncias ilícitas e lícitas –, representam a possibilidade de enfrentar a vida perante as dificuldades em lidar com os obstáculos que a mesma apresenta. A droga aqui, não é apenas um consolo, mas a forma que encontraram de continuar a preservar as suas próprias vidas, mesmo que esta se configure como uma vida assujeitada e alienada; a droga se configura como o que resta das suas vidas, sob a qual, a suas subjetividades se inscrevem.

Não há uma fala que represente isto, sendo esta uma percepção nossa a partir dos discursos dos mesmos, pois percebemos que eles não assumem a responsabilidade pela própria vivência. A droga é sempre a única possibilidade de representar a frustração e as dificuldades da vida, como por exemplo, nesta fala de B. *“todo dependente químico, tem um problema, não suporta ouvir um não...”*, ou ainda, *“aí você tá tentando, tentando, aí não dá certo... cê cai na bebida de novo...”*.

Conforme Nasser (2001), moradores de rua que freqüentam albergues têm como característica principal o uso abusivo do álcool. Doravante, Varanda e Adorno (2004) afirmam que na maioria dos casos, a bebida aparece desde cedo na vida familiar e passa a ser um hábito mais intenso com a idade, trazendo a sensação de prazer imediato, além do fácil consumo pelo baixo custo. Além do álcool, as ruas também são espaços de consumo de outras drogas como a maconha, o crack e a cocaína. Consideram que na experiência de rua, a bebida além de desinibir atua como anestésico para que os moradores suportem todas as imprevisibilidades e desconfortos da rua, como a sujeira, a insegurança, as doenças e o frio.

Em nosso trabalho, percebemos certa resignação diante da dependência das drogas, a qual é considerada por eles como uma doença, como um vício que age independente de sua vontade e, como algo externo, não apresenta qualquer possibilidade de cura.

Cabe salientar ainda, a percepção de que, para os moradores de rua abrigados, a droga não é o objeto de uso, mas sim, eles mesmos são objetos de uso da droga, como na fala de CR.: *“esse vício é muito difícil de controlar... porque parece que ele te domina...”*. Tal frase representa a própria situação de assujeitamento, porém, uma situação em que ainda faz com que tenham algum tipo de experiência com a vida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desses nove meses de estágio, muitas questões foram surgindo durante as discussões da supervisão e entre as estagiárias. Estas últimas, por serem residentes da cidade de Poços de Caldas, muitas vezes encontraram os moradores da casa andando ou dormindo pelas ruas da cidade. Deste modo, as questões aqui apresentadas, extrapolam o espaço em que as intervenções foram feitas, e referem-se também às observações realizadas pelas ruas da cidade.

Percebemos, neste projeto, que a questão dos moradores de rua da cidade de Poços de Caldas configura-se de forma diferente do que foi encontrado na literatura referente ao assunto. Os autores Varanda e Adorno (2004), através de pesquisa realizada com a população adulta de rua da cidade de São Paulo, observaram que a ida para as ruas acontece no universo das redes de relações das classes populares, ou seja, nas relações construídas pela realidade brasileira, na qual as pessoas que nascem num contexto familiar cujos membros já se encontram fora do mercado formal de trabalho, encontram uma realidade de ausência de políticas de suporte social. Todavia, os moradores participantes deste projeto, na sua maioria, chegaram as ruas pelos uso abusivo de drogas, e não necessariamente por falta de suporte social.

Assim, uma das principais divergências que encontramos em relação a esta experiência e outras, referente aos moradores de rua é que a questão da drogadicção vem antes da situação de rua, como o motivo que levou aqueles sujeitos a viverem nesta condição, o que deste modo diverge da literatura referente a este assunto. Pois, como mostra Neves (1983), os primeiros estudos sobre a população de rua do Brasil já identificavam ex-trabalhadores vivendo de maneira socializada na rua e associa a mendicância à uma ciclo de degradação das condições de trabalho ao longo de duas a três gerações, motivos que levaram a viver na rua, diferentes dos motivos encontrados na população de rua encontrada neste trabalho. Cabe salientar que, neste projeto, a rua foi representada como um meio de existência, porém não como o único modo sentenciado pela exclusão ou pela miséria, mas, na grande maioria dos casos, como um modo de vida no qual o indivíduo encontra uma forma de fugir dos problemas cotidianos, familiares e humanos.

Tal fato diverge das considerações de Varanda e Adorno (2004) que, ao discorrerem sobre a situação de rua, trazem o conceito de desqualificação social, o qual caracteriza-se pelo movimento de expulsão gradativa para fora do mercado de trabalho bem como, pelo apoio assistencialista que recebem durante este processo. Concluem que o processo de ida para a rua consiste em três fases: a de fragilidade, relacionada à perda do emprego; a de dependência dos serviços sociais e aquela caracterizada pela ruptura dos vínculos sociais.

No caso específico de Poços de Caldas, a rua é o que possibilita o uso abusivo de álcool e/ou outras drogas até a degradação parcial do organismo destes sujeitos. Tal circunstância é mantida, uma vez que a acolhida assistencialista para o abrigo faz com que eles se recuperem fisicamente e voltem às ruas e ao uso de substâncias.

Longe da tentativa de simplificar a questão da exclusão e da vulnerabilidade social, o que se percebe é que, diante das experiências vividas pela população de rua da cidade de Poços de Caldas, a realidade das ruas se apresenta para além da situação de exclusão social. Ou seja, estes sujeitos não passaram por uma fase de fragilidade, dependência de serviços sociais e ruptura de vínculos. Esta ruptura e fragilidade ocorreram devido ao uso de drogas, que os levaram as ruas e conseqüentemente, a dependência de serviços assistencialistas.

Além disso, a diferença desta população em relação às características da população de rua de outras cidades, geralmente grandes centros, é bastante perceptível. O Censo dos Moradores de Rua da Cidade de São Paulo (SAS/FIPE, 2000), adota o termo "população moradora de rua" para todas as pessoas que não têm moradia e que fazem morada nos logradouros da cidade, constituindo moradia próxima aos rios e viadutos, casas de papelão e outras adaptações. Diferentes destas populações de rua, os moradores de rua da cidade em questão, não constroem moradia fixa. A rua é utilizada por um curto período de tempo, sendo apenas um meio de transitar, geralmente nas situações em que existe o uso mais intenso e prolongado de drogas e álcool. Sendo assim, não são construídas "mocós" e "cavernas", os quais servem de casa fixa e local para alojar os pertences, além de existir um espaço reservado para a preparação de alimentos. Não há também, casas de papelão localizadas as margens ou em locais distantes, posto que, o que se percebe, é a presença de pessoas alcoolizadas dormindo em locais públicos como praças e o terminal de linhas urbanas. Contudo, essas pessoas são semanalmente recolhidas das ruas pela Assistência Social da cidade. Após serem recolhidas, são encaminhadas as instituições assistencialistas, onde passam alguns dias, tendo acesso à alimentação, banho e local para dormir; local este, como a casa, onde foi realizado o referido estágio.

Sendo assim, a passagem destas pessoas por estas instituições, passa a funcionar como um ciclo: passam pela instituição por alguns dias, se restabelecem da fragilidade da condição física, debilitada devido a má alimentação das ruas e ao uso de drogas, e, após a recuperação, voltam

novamente para as ruas por onde ficam por mais um tempo, até serem recolhidas novamente. Este é um ciclo vivido por todos os membros que participaram deste projeto.

Ao contrário da crença do imaginário social, que acredita que a rua torna-se meio de vida para aqueles que são arremessados nela, na realidade de Poços de Caldas, a rua apresenta-se como consequência da iniciação nas drogas e no álcool, bem como, uma opção de existência para aqueles que, de algum modo, mantêm-se afastados da família e transitam entre as instituições de acolhida e a rua.

Neste sentido, não estamos aqui negando que nos trajetos pessoais de cada indivíduo, a exclusão e a vulnerabilidade social não foram presentes. Embora seja perceptível que rua é também uma escolha de vida, nesta escolha, vivem desvantagens e privações, assim como o prazer e alívio imediato diante de determinadas situações, posto que não há responsabilidades as quais responder. E, no caso de Poços de Caldas, temos o agravante esforço da Assistência Social em acolher essa população, tornando, de certa forma, esta condição um pouco mais confortável.

Durante todo o estágio, a questão do álcool e da droga aparece recorrentemente na realidade destes indivíduos, e com mais intensidade do que na realidade de grandes capitais. Nestas, a população faz uso do álcool e de substâncias ilícitas como uma consequência da ida para a rua e para a manutenção dela, pois, para sobreviver as condições que a rua oferece, como o desconforto, o frio, a insalubridade, a insegurança e o medo que a rua também proporciona, torna-se necessário estar anestesiado, sendo o álcool e as drogas grandes anestésicos.

Neste sentido, Varanda e Adorno (2004) elucidam que, se culturalmente a bebida estimula a libido, na rua a bebida atua na censura, quando se faz necessário ignorar o desconforto, a sujeira, a proximidade de outras pessoas, a possibilidade de contrair doenças ou para compensar a dificuldade de escolher o parceiro ou parceira.

Em contrapartida, se para a população dos grandes centros a ida para a rua está ligada, na maioria das vezes, a golpes financeiros e a falta de oportunidade das grandes cidades, tal condição se difere dos moradores de rua que participaram do grupo. Os participantes relatam que possuíam bons empregos, família, embora tenham abandonado tudo pelo álcool e as drogas. Os discursos destes moradores trazem grande peso ao significado da bebida e da droga, como se, após o uso e o vício, a experiência trouxesse a sensação de estarem vivos, e assim todas as outras experiências parecem ficar distantes deste novo modo de existir.

Concordamos com Nasser (2001), ao afirmar que a bebida é introduzida ainda cedo na vida de muitos moradores de rua como um hábito familiar cultivado desde a tenra idade, e que, com o passar dos anos, foi se intensificando, até intermediar, na fase adulta, a relação entre o trabalho e a vida doméstica.

Porém, este autor nos aponta para existência de indivíduos que vivem nas ruas ou em albergues e não fazem uso de álcool, população esta que distingue dos albergados por ter uma maior concentração de alcoolistas crônicos. Tal evidência não foi encontrada neste projeto, visto que todos os participantes eram alcoolistas e/ou dependentes de outras substâncias.

Assim, nos parece que, diante da população especificamente aqui contextualizada, a problemática das drogas e do álcool se mostra como fator de maior significância em relação a questão da exclusão e da miséria em nossa sociedade.

Sob o efeito da droga e do álcool, tudo o mais parece não ter sentido; por isso, o uso necessita ser cada vez mais constante, sem suportar a abstinência, pois, ficar sem a sensação que as drogas trazem é também sensação de não estar vivo. Quando em abstinência, relatam estar acabando com suas vidas no uso desenfreado do álcool e das outras drogas, mas mesmo estando cientes disso, logo no primeiro sinal de restabelecimento voltam para as ruas e para o uso dos mesmos, como dizem “voltam para o veneno”.

Ao longo do estágio, houve várias tentativas de reuniões com a equipe da casa, porém esta sempre se esquivava dos encontros propostos. Identificamos a necessidade de um trabalho com a equipe, afim de que se possa discutir o seu fazer diário, os objetivos da instituição e o trabalho com os moradores de rua. A equipe trabalha sob uma perspectiva assistencialista, a qual, apesar de haverem regras estipuladas pela coordenação, as mesmas não são cumpridas. Todas as regras são explicitadas, sob as ordens da coordenação. Percebemos que os moradores são vistos como “coitados”, pessoas pobres de família “desestruturada”, ou sem perspectivas de vida. Assim, um trabalho da Psicologia com os funcionários poderia ser mais eficaz, do que o trabalho direto com os moradores, pois são os funcionários que têm contato contínuo com os mesmos.

Em suma, observamos que a grande questão dos moradores é a dependência química e em segundo lugar, a volta ao mercado de trabalho e a reconstituição de suas famílias. A rua sempre vem como consequência destes fatores: a dependência química, perda do trabalho e da família.

É preciso salientar que este estágio atravessou muitas dificuldades, devido à própria limitação do grupo, que possuía novos membros a cada semana e sempre se apresentava com um novo arranjo a cada encontro. Ademais, o discurso deles é sempre repetitivo, em torno da dependência química, como a grande “vilã” de suas vidas, ou seja, para eles, sem a droga, tudo estaria perfeito em suas vidas, como um passe de mágica.

Esse pensamento mágico é muitas vezes difícil de ser trabalhado, pois ele se apresenta intransponível, mesmo diante de nosso trabalho. O conformismo deles é algo que aniquila o desejo dos mesmos, por isso, a fala é morta, como se não houvesse subjetividades ali presentes.

Contudo, a questão que nos trouxe maior significado, durante o período em que foi realizado este estágio, foi repensar nossas estratégias de intervenção. Consideramos que foi muito válido

oferecer um espaço de reflexão e escuta para estes sujeitos, porém, ainda assim, percebemos poucos resultados em relação às mudanças de discursos e a auto-percepção sobre suas condições.

O que vale salientar desta experiência, é que torna-se necessário estabelecer estratégias que visem uma prevenção deste quadro, ou seja, um trabalho que venha antes da dependência instalada. Prevenir é repensar o quadro de vulnerabilidade social e pessoal em que vivem as pessoas, visto que, em muitos discursos dos moradores da casa, tal necessidade se fez visível. Também é necessário que, durante a graduação, nós, estagiários, possamos refletir sobre estas questões que serão parte da nossa clínica do futuro.

Por fim, neste contexto de uma estruturação social segregária, é papel ético da Psicologia promover espaços que possam conscientizar as pessoas dos aspectos histórico-sociais que atravessam as suas possibilidades de ser no mundo, bem como, contribuir para a manifestação destas subjetividades excluídas, a fim de que o poder público também possa re-pensar suas estratégias de atendimento a estas pessoas.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, L.; SNOW, D. A. **Desafortunados**. Petrópolis: Vozes, 1998

ALVAREZ, A.M. S.; ALVARENGA, A.T.; FIEDLER-FERRARA, N. O encontro transformador em moradores de rua na cidade de São Paulo. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v.16, n.3, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822004000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 maio 2009.

ALVES NETO, M.C. Grupos de reflexão com adolescentes e famílias em situação de risco. **Congresso Brasileiro de Psicoterapia Analítica de Grupo**, 11. 2001, Águas de Lindóia-SP. Disponível em: < http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/22.pdf> Acesso em: 7 maio 2010.

SCOREL, S. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FOUCAULT, M. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

GARCIA, C. **Clínica do Social**. Belo Horizonte: Projeto, 2000.

NETO, O. F. **Identificação e Culpa**: questões éticas contemporâneas. Rio de Janeiro: Agora, 2005.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciências e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14138100200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 set. 2008. 2320050

GUARESCHI, N M. F.; REIS, C.D.; HUNING, S.M.; BERTUZZI, L.D. Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. **Programa Estudos e pesquisa em psicologia**; v.7, n.1, p.20-30, jan. / jun. 2007.

LAPERRIERE, H. Práticas de enfermagem em saúde coletiva nos contextos de pobreza, incerteza e imprevisibilidade: uma sistematização de experiências pessoais na Amazônia. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 15, n. spe, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010411692007000700002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 Set 2008.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia Social**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-7182200400200007&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 27 maio 2008.

MENDES, A.A. e MACHADO, M.F. Uma clínica para o atendimento a moradores de rua: direitos humanos e composição do sujeito. *Psicologia, ciência e profissão*, v. 24, n. 2, 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000300013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 jun. 2009.

NASSER, A. C. A. **Sair para o mundo**: trabalho, família e lazer na vida dos excluídos. São Paulo: Hucitec, 2001.

NEVES, D. P. O trabalhador que não deu certo. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro, v.1, n.4, 1983.

QUINTAO, P. R. **O sujeito (oculto) e a cidade**: a arte de Wodiczko. São Paulo, v. 31, n. 46, jun. 2008, vol.31, Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062008000100020&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0101-3106. Acesso em: 14 maio 2009.

RAMOS, C.; CARVALHO, J. E. C. de. Espaço e subjetividade: formação e intervenção em psicologia comunitária. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, n.2, ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mar. 2009.

ROSA, C. M. M. **Vidas de rua, destino de muitos**. São Paulo: IEE-PUC/SP, 1999. 1 CD-ROM

SANCHEZ, L. G.; MARTINEZ, L.; RICO, Francisco J. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v.18, n.1, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0102-71822006000100002&lng=&nrm=iso>>. Acesso em: 27 Set 2008.

SANTOS, M. L. C. **Cidades de plástico e papelão**: o habitat informal dos moradores de rua em São Paulo, Los Angeles e Tóquio. Tese (Doutorado), 2003. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

[SAS/FIPE]. SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Assistência Social; Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Censo dos moradores de rua da cidade de São Paulo**: relatório executivo. São Paulo, 2000.

STOFFELS, M. G. **Os mendigos na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

UCHIMURA, K. Y.; BOSI, M. L. M. O mercado dos pobres: um enfoque qualitativo da utilização de programas sociais de alimentação. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2004000200016&Ing=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 Set 2008.

VARANDA, W.; ADORNO, R. C. F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000100007&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 14 maio 2009.

VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

WALTY, I. L. C. **Corpus rasurado: Exclusão e Resistência na Narrativa Urbana**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.